

**ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS
DO RIO JORDÃO S.A.**

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DO
TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2025

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A
Curitiba (PR)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Outros assuntos

1) DVA – Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

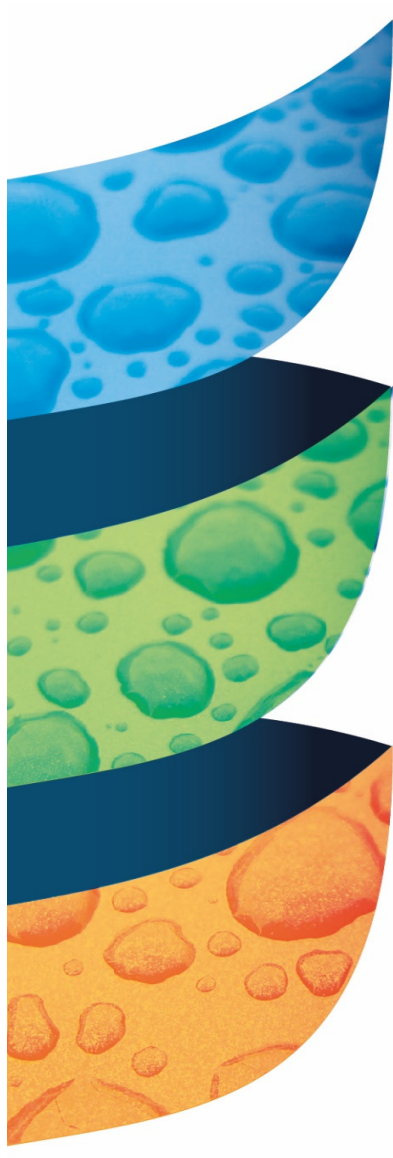
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

São Paulo, 27 de outubro de 2025.


Assinante Digital: RICARDO
MASSERA.05835215924
DN: CN=RICARDO
MASSERA.05835215924,
OU=videoconferencia,
OU=34038808000180, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e CPF AL
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, O=CP-Brasil, C=BR
Data: 20/10/2025 06:51:34 -04:00

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Ricardo Massera
Contador CRC PR-066.333/O-2-S-SP
CNAI nº 4673



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

EM

30 DE SETEMBRO DE 2025

SUMÁRIO

	FOLHA
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 29

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2025 e 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		121.624	124.994
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	89.590	96.279
Cauções e Depósitos Vinculados	5.1	851	803
Clientes	6	13.798	10.752
Outros Créditos	8	1.938	1.301
Tributos Compensáveis	9	8.277	10.831
Investimentos Temporários	10	3.097	3.207
Despesas pagas antecipadamente	11	4.073	1.822
NÃO CIRCULANTE		614.936	636.051
Realizável a Longo Prazo		132.952	132.356
Tributos Diferidos	12	120.442	119.551
Encargos setoriais a compensar	13	4.152	4.447
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14.1	316.653	329.733
Intangível	15	164.862	173.333
Direitos de Uso de Ativo	16.1	468	629
TOTAL DO ATIVO		736.560	761.045

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2025 e 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

P A S S I V O	NE nr.	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		116.555	114.106
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	547	283
Fornecedores	18	7.471	3.857
Outros Tributos e Contribuições Sociais	19	997	834
Encargos Setoriais a Pagar	22	941	1.612
Pequisa e Desenvolvimento	21	141	104
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	105.327	106.333
Passivo de Arrendamento	16.2	280	280
Outros passivos circulante	23	851	803
NÃO CIRCULANTE		747.895	772.860
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	731.482	755.649
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	1.185	1.222
Passivo de Arrendamentos	16.2	233	393
Provisão para Litígios	25.1	3.285	3.285
Obrig. Vinc. Conc.Serv.Publico Energ. Elétrica	26	11.709	12.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(127.890)	(125.921)
Capital Social	27.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.2	2.300	2.373
Prejuízos Acumulados		(165.692)	(163.796)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		736.560	761.045

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	N.E	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024	01.07.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	112.846	66.834	34.815	19.759
(-) Custos Operacionais	29	(64.808)	(65.139)	(20.708)	(23.722)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		48.038	1.695	14.107	(3.963)
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	30	(5.465)	(5.862)	(1.913)	(2.373)
Despesas Administrativas	30	(5.670)	(6.261)	(2.000)	(2.514)
Outras Receitas	30	205	399	87	141
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		42.573	(4.167)	12.194	(6.336)
RESULTADOS FINANCEIRO	31	(45.360)	(73.887)	(20.917)	(29.724)
Receitas financeiras	31	48.953	29.393	7.750	4.628
Despesas financeiras	31	(94.313)	(103.280)	(28.667)	(34.352)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.787)	(78.054)	(8.722)	(36.060)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		891	26.533	1.752	12.253
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	327	12.520
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		891	26.533	1.425	(267)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.896)	(51.521)	(6.971)	(23.807)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,03)	(0,85)		

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

dos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024

em milhares de reais

	01.01.2025	01.01.2024	01.07.2025	01.07.2024
	a	a	a	a
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(1.896)	(51.521)	(6.973)	(23.807)
Outros resultados abrangentes				
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(110)	(296)	(6.373)	(391)
Operações com Créditos de Carbono	(110)	(296)	(6.373)	(391)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	37	101	5.093	133
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(72)	(195)	(1.279)	(258)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(1.969)	(51.716)	(8.252)	(24.065)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros	
	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.486)	(36.138)
Outros Resultados Abrangentes		(692)		(692)
Prejuízo do Período: Janeiro a Setembro 2024		-	(51.521)	(51.521)
Saldos em 30 de Setembro de 2024	35.503	2.152	(126.006)	(88.351)
Outros Resultados Abrangentes		220		220
Prejuízo do Período: Julho a Dezembro 2024		-	(37.790)	(37.790)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	35.503	2.372	(163.796)	(125.921)
Outros Resultados Abrangentes		(73)		(73)
Lucro do Período: Janeiro a Setembro 2025		-	(1.896)	(1.896)
Saldos em 30 de Junho de 2025	35.503	2.300	(165.692)	(127.890)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
em milhares de reais

		NE nr.	30.09.2025	30.09.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO			(1.896)	(51.521)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação	14		17.338	16.428
Amortização	15		8.503	8.463
Variações monetárias não realizadas			56.118	84.726
Imposto de renda e contribuição social			-	(26.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12		(891)	(130)
Baixas de Imobilizado			-	511
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Cauções e Depósitos Vinculados			(48)	
Clientes	6		(3.046)	9.147
Outros créditos	8		(636)	(1.844)
Tributos compensáveis	9		2.554	551
Despesas pagas antecipadamente	11		(2.252)	(745)
Tributos federais a restituir			-	1.301
Encargos setoriais a compensar	13		295	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17		264	187
Fornecedores	18		3.614	1.873
Imposto de Renda e Contribuição Social	9		-	(294)
Outras Obrigações Fiscais	19		163	(522)
Pagamento de direito de uso			(193)	(161)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	31		(81.258)	(77.738)
Pesquisa e Desenvolvimento	21		37	102
Encargos Setoriais	22		(671)	(1.044)
Outros Passivos Circulante	23		48	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais			(1.957)	(37.243)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de imobilizado	14		(4.699)	(9.429)
Adições no intangível	15		(33)	(4)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			(4.732)	(9.433)
Variação no caixa e equivalentes a caixa			(6.689)	(46.677)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5		96.279	166.544
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5		89.590	119.867
Variação no caixa e equivalentes a caixa			(6.689)	(46.677)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
em milhares de reais

	NE nr.	30.09.2025	30.09.2024		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	124.659	73.040		
Total		124.659	73.040		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - MCP / CCEE	29	-	(2.844)		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	(6.774)	(5.102)		
Encargos de uso da rede eletrica	29	(18.544)	(18.725)		
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	(15.038)	(14.725)		
Outros insumos	29 e 30	(411)	(309)		
Total		(40.768)	(41.705)		
(=) Valor adicionado bruto		83.891	31.335		
(-) Depreciação e amortização		29 e 30	(24.471)	(24.232)	
(=) Valor adicionado líquido		59.420	7.103		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	31	48.952	29.394		
Outras Receitas	30	206	399		
Total		49.158	29.793		
Valor adicionado a distribuir		108.578	36.896		
Distribuição do valor adicionado		NE nr.	30.09.2025	%	30.09.2024 %
Pessoal					
Remuneração e honorários			(2.903)		(3.120)
Planos previdenciarios e assistencial			(119)		(124)
Benefícios			(345)		(300)
Encargos sociais - FGTS			(764)		(835)
Total			(4.132)	(3,8)	(4.379) (11,9)
Governo					
Federal	9 e 28		(11.890)		19.372
Estadual	30		(3)		(8)
Municipal	30		(34)		(29)
Total			(11.927)	(11,0)	19.335 52,4
Terceiros					
Juros e variações monetárias	31		(94.313)		(103.280)
Arrendamentos e aluguéis	30		(103)		(93)
Total			(94.416)	(87,0)	(103.373) (280,2)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período			1.896		51.521
Total			1.896	1,7	51.521 139,6
			(108.578)	(100,0)	(36.896) (100,0)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de setembro de 2025

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,000
UHE – Fundão	120,168	62,100
CGH - Santa Clara I e Fundão I	6,075	4,900
	246,411	133,000

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC foi regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001. Após a repactuação do risco hidrológico, conhecido como GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), em virtude da promulgação das Leis 13.203/15 e 14.052/20, o prazo de concessão da UHE Santa Clara foi estendido até 10 de maio de 2040, enquanto para UHE Fundão o prazo encerrar-se-á em 10 de junho de 2040.

Em 20 de junho de 2023, com a publicação das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 14.744 e 14.745, as centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I ficaram dispensadas da reversão dos bens vinculados a essas autorizações nos termos do § 9º, do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como do recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos mensais a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então os pagamentos são corrigidos anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria em 24 de outubro de 2025.

3.2 Base de Mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os investimentos temporários mensurados pelos seus valores justos (créditos de carbono). O custo histórico geralmente é baseado no valor pago das contraprestações em troca de ativos na data de aquisição.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existir incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros foi a IFRS 9. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados pelo custo amortizado.

4.2 Contas a pagar vinculadas à concessão

São os valores preestabelecidos no contrato de concessão firmado com a União relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial do direito e da obrigação ocorreu com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil e corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa dos pagamentos futuros. Desde então, o saldo devedor é atualizado mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e reduzido pelos pagamentos realizados.

4.3 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados ao contrato de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pelo poder concedente, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, sendo revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.5 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do contrato de concessão nº 125/2001.

4.5.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos mensais à União a título de Uso do Bem Público – UBP. O montante foi reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.5.2 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.5.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.6.1- Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.6.2- Tributos Diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.8 Receita de Contratos com Clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

A receita operacional da Companhia é proveniente do suprimento de energia elétrica. A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

4.9 Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

4.10 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.11 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina plano previdenciário para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela Companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra o plano.

Ganhos ou perdas atuariais motivadas por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e bancos contas movimento		32	19
Aplicações financeiras de curto prazo		89.558	96.260
		89.590	96.279

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

5.1 Cauções e Depósitos Vinculados

	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal – POUPANÇA		851	803
		851	803

A conta poupança de depósitos vinculados mantida junto à Caixa Econômica Federal refere-se à caução de valores realizada por clientes em garantia de contratos de suprimento de venda de energia.

6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30/09/25	Saldo 31/12/24
Suprimento - Copel Com.	-	-	-	-	-
Suprimento - Livres	11.075	-	1.342	12.417	9.888
CCEE	1.381	-	-	1.381	864
	12.456	-	1.342	13.798	10.752

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da comercialização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre). A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

7. Partes Relacionadas

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo não circulante		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.507	2.507
Passivo circulante		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.258	2.258
Copel Geração e Transmissão S.A.	164	164
Resultado	30/09/2025	30/09/2024
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(20.251)	(20.159)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(829)	(797)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a prestação de serviços de planejamento energético e os encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Almoxarifado de manutenção e operação		1.846	1.299
Adiantamento a empregados		87	-
Adiantamento a fornecedores		5	2
		1.938	1.301

9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pago por Estimativa		1.467	1.827
Contribuição Social Pago por Estimativa		1.035	2.041
Imposto de Renda retido na fonte		5.775	6.963
Ativos compensáveis		8.277	10.831

Os ativos líquidos a compensar serão objeto de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), podendo ser restituídos através de crédito em conta corrente da empresa e/ou compensados com tributos federais devidos futuramente.

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2024	(+) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	518.270	3.207
30/09/2025	(-) Vendas de Certificados RCEs Jan a Set 2025	(32.776)	
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	485.494	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 1,20		
	Cotação - Dólar R\$ 5,3186		
	Custo Unitário R\$ 6,38		
Saldo Final Ajustado - AVJ			3.097

Em 2025, a Companhia negociou 32.776 toneladas (t) de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara *Energetic Complex Project* (FSCECP).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Seguro das usinas		4.071	1.821
Seguro sede administrativa		2	1
		4.073	1822

As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em períodos subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2026, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.031 mil.

12. Tributos Diferidos

Mutação do diferido

Mutação do diferido	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/2025
(+) Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	102.987	1.692	-	104.679
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	16.564	(801)	-	15.763
	119.551	891	-	120.442
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	1.222		(37)	1.185
	1.222	-	(37)	1.185
(=) Líquido apresentado no Balanço	118.329	891	(37)	119.257

Realização IR Diferido

30/09/2025	Ativo	Passivo
2025	104.412	(1.185)
2026	1.068	-
2027	1.068	-
2028	1.068	-
2029	1.068	-
2030	1.068	-
2031 a 2033	3.204	-
2034 a 2036	3.204	-
2037 a 2039	3.204	-
2040	1.078	-
	120.442	(1.185)

A Administração avalia que a recuperação dos créditos tributários diferidos registrados, principalmente aqueles relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, é provável, considerando a geração de lucros tributáveis futuros. Tal avaliação tem suporte nas projeções financeiras da Companhia, corroboradas pelos valores em uso apurados nos testes de recuperabilidade dos ativos e de projeções da Companhia para períodos futuros.

13. Encargos Setoriais a Compensar

Encargos Setoriais a Compensar	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento		4.152	4.447
		4.152	4.447

A Lei nº 14.120/2021, redirecionou totalmente os recursos em P&D não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 1º de setembro de 2020, adicionalmente comprometeu em 30% (trinta por cento) os recursos entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, reduzindo os valores disponíveis em poder da empresa, os quais foram destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Contudo, como a Companhia havia adquirido placas solares e outros materiais essenciais para a conclusão projeto da Fonte Solar Flutuante “Cabeça de Série”, optou pela continuidade dos investimentos gerando um ativo de Encargos Setoriais a Compensar.

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação ao longo do prazo de concessão.

14.1 Imobilizado por Classe de Ativo

	Custo	Depreciação Acumulada	30/09/2025	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	355.388	(195.292)	160.096	355.388	(186.433)	168.955
Máquinas e equipamentos	213.273	(127.241)	86.032	213.196	(121.804)	91.392
Edificações	77.168	(38.136)	39.032	77.168	(36.093)	41.075
Terrenos	33.422	(10.063)	23.359	32.841	(8.636)	24.205
Móveis e utensílios	887	(785)	102	886	(772)	114
	680.138	(371.517)	308.621	679.479	(353.739)	325.739
Em curso						
Custo	8.032	-	8.032	3.993	-	3.993
	8.032	-	8.032	3.993	-	3.993
	688.170	(371.517)	316.653	683.472	(353.739)	329.733

14.2 Mutação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transf.	Saldo em 30/09/2025
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	168.955	-	(8.859)	-	-	160.096
Máquinas e equipamentos	91.391	79	(5.438)	-	-	86.032
Edificações	41.075	-	(2.062)	-	-	39.013
Terrenos	24.205	581	(1.408)	-	-	23.378
Móveis e utensílios	114	1	(13)	-	-	102
	325.740	661	(17.780)	-	-	308.621
Em curso						
Custo	3.993	4.039	-	-	-	8.032
	3.993	4.039	-	-	-	8.032
	329.733	4.700	(17.780)	-	-	316.653

15 Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

15.1 Intangível por classe de ativo

	30/09/2025	31/12/2024
Custo		
Contrato de Concessão de Geração	327.373	327.373
Outros Intangíveis	21.621	21.588
	348.994	348.961
Amortização		
Contrato de Concessão de Geração	(177.359)	(169.657)
	(6.773)	(5.972)
	(184.132)	(175.628)
Saldo do Intangível	164.862	173.333

15.2 Contrato de Concessão de Geração

	Em serviço	Em curso	Total
Em 31/12/2024	157.717	-	157.717
Quotas de Amortização - Concessão	(7.702)	-	(7.702)
Em 30/09/2025	150.015	-	150.015

As amortizações do contrato de concessão nº 125/2001 e as extensões decorrentes da repactuação do risco hidrológico GSF são calculadas de forma linear até o prazo final da concessão.

15.3 Outros Intangíveis

	Em serviço	Em curso	Total
Em 31/12/2024	15.616	-	15.616
Aquisições	33	-	33
Quotas de Amortização	(169)	-	(169)
Em 30/09/2025	15.480	-	15.480

16 Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

16.1 Direito de Uso de Ativo

Mutação	31/12/2024	Adições	Amortização	Baixas	30/09/2025
Em serviço					
Imóveis	629	-	(161)	-	468
	629	-	(161)	-	468

16.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	280	393	673
Correções e Mensurações Subsequentes	-	35	35
Pagamentos	(207)		(207)
Transferências	207	(207)	-
Ajuste a valor presente		(33)	(33)
30/09/2025	280	188	468

O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba – PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência até 28 de novembro de 2027.

17 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Tributos retidos na fonte		61	108
Provisão de férias e 13º salário		486	175
		547	283

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários da Companhia.

18 Fornecedores

	Vincendos até 30 dias	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldo 30/09/2025	Saldo 31/12/2024
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.258	-	-	2.258	2.258
Materiais e Serviços - Copel GET	164	-	-	164	164
Materiais e Serviços	5.049	-	-	5.049	1.435
	7.471	-	-	7.471	3.857

Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

19 Outros Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	SalDOS em	30/09/2025	31/12/2024
PIS e Cofins		591	418
Tributos retidos na fonte		177	178
Previdência Social INSS		217	223
FGTS		12	15
		997	834

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

20 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação

	31/12/2024	861.982
Ajuste a valor presente		(25.173)
Variação monetária		81.258
Pagamentos		(81.258)
	30/09/2025	836.809

Ano	Valor nominal	Valor presente
2025	27.851	27.371
2026	111.402	102.615
2027	111.402	92.446
2028	111.402	83.284
2029	111.402	75.031
2030	111.402	67.595
2031	111.402	54.862
Após 2031	956.206	333.605
Totais	1.652.469	836.809

21 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D.

O Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2024	58	29	17	-	104
Constituições	421	211	127	-	759
Recolhimentos	(401)	(201)	(120)	-	(722)
30/09/2025	78	39	24	-	141

22 Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		941	1.612
		941	1.612

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

23 Outros Passivos Circulantes

Outros passivos circulantes	Saldos em	30/09/2025	31/12/2024
Caução em garantia		851	803
		851	803

Os CCVEE firmados com comercializadoras requerem garantias financeiras sob a forma de seguro garantia, carta de fiança bancária, caução, título público ou CDB através de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

24 Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	119	-	119
Amortizações	(119)	-	(119)
30/09/2025	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ato contínuo, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo.

25.1 Provisões para litígios

Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Tipo	Saldo em 30/09/2025	Resultado	Imobilizado e Intangível	Quitação	Saldo em 31/12/2024
		Adições (Reversões)	Adições (Reversões)		
<u>Cíveis</u>					
Desapropriações e patrimoniais	3.285	-	-	-	3.285
	3.285	-	-	-	3.285

25.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

Natureza	Descrição	Provisão p/ Litígios		Passivo Contingente	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
1. Regulatórias					
União	Pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão			9.075	9.075
União	Pedido da nulidade da Portaria MME nº 178/2017.			27.303	26.700
União	Questionamento da metodologia que reduziu a Garantia Física da Companhia, no novo período; ainda sem liminar.			16	16
2.Cíveis					
2.1 Desapropriações e Patrimoniais					
	Ação de desapropriação Autos 0000207-28.2004.8.16.0134			2.212	2.212
	Ação de desapropriação Autos 0000555-12.2005.8.16.0134	260	260		
	Ação de desapropriação Autos 0004051-38.2003.8.16.0031	3.025	3.025		
		3.285	3.285	38.606	38.003

26. Obrigações Vinculada a Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia						
Usinas - Ativo Imobilizado em Serviço	Pesquisa e Desenvolvimento	31/12/2024	Adições	Amortização Acumulada	Transf.	30/09/2025
Estação Solar Eólica 34,5 Kv	Projeto 2945-0004/2013	2.525	-	(176)	-	2.349
	Projeto 2945-0005/2013					
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 300 KWp	Projeto 2945-0001/2017	6.182	-	(302)	(31)	5.849
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 100 KWp	Projeto 2945-0001/2017	3.603	-	(123)	-	3.480
Carreta Rodoviária Fort Car P/ Barcos ate 6 metros	Projeto 2945-0001/2017	-	-	-	6	6
Barco Alumínio 6 metros Borda Alta Com Capota e Acessorios	Projeto 2945-0001/2017	-	-	-	25	25
		12.310	-	(601)	-	11.709

27. Patrimônio Líquido

27.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

27.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	30/09/2025	31/12/2024
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		3.484	3.593
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(313)	(323)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(871)	(897)
		2.300	2.373

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

28. Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/25 a 30/09/25	01/01/24 a 30/09/24	01/07/25 a 30/09/25	01/07/24 a 30/09/24
Geração	110.882	52.323	33.807	20.590
Venda de Energia UHEs - Convencional	103.524	48.542	31.522	18.815
Venda de Energia CGHs - Incentivada	7.358	3.781	2.285	1.775
Comercialização	13.776	20.717	4.630	1.300
Energia contabilizada na CCEE	13.776	20.717	4.630	1.300
Receita Bruta	124.658	73.040	38.437	21.890
Contribuição para PIS	(1.919)	(998)	(588)	(349)
Contribuição para Cofins	(8.840)	(4.598)	(2.708)	(1.604)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.053)	(610)	(326)	(178)
Deduções da Receita Bruta	(11.812)	(6.206)	(3.622)	(2.131)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	112.846	66.834	34.815	19.759

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia apresentou incremento no volume contratado no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com consequente redução da exposição ao mercado de curto prazo (CCEE). A variação decorre do aumento do Preço Médio de Venda

(PMV), que passou de R\$ 100,47/MWh em 2024 para R\$ 170,74/MWh em 2025, aliado ao crescimento do volume comercializado, que evoluiu de 568.147 MWh no período janeiro a setembro de 2024 para 675.958 MWh no mesmo período de 2025.

29. Custos Operacionais

Descrição	01/01/25	01/01/24	01/07/25	01/07/24
	a	a	a	a
	30/09/25	30/09/24	30/09/25	30/09/24
Compra de Energia - MCP / CCEE		(2.844)		(2.844)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(6.774)	(5.101)	(1.913)	(1.662)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(773)	(737)	(259)	(248)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(18.545)	(18.726)	(6.245)	(6.104)
Materiais	(306)	(198)	(67)	(125)
Serviços de Terceiros	(11.973)	(11.444)	(3.397)	(4.143)
Depreciação	(15.790)	(15.597)	(5.263)	(5.093)
Amortização	(8.504)	(8.463)	(2.834)	(2.821)
Seguros	(2.026)	(1.920)	(694)	(645)
Outros custos	(117)	(109)	(36)	(36)
	(64.808)	(65.139)	(20.708)	(23.721)

30. Outras (despesas) receitas operacionais

Descrição	01/01/25	01/01/24	01/07/25	01/07/24
	a	a	a	a
	30/09/25	30/09/24	30/09/25	30/09/24
Pessoal	(2.543)	(2.626)	(800)	(987)
Administradores	(1.589)	(1.753)	(492)	(600)
Material	(41)	(40)	(15)	(12)
Serviços de Terceiros	(690)	(1.121)	(268)	(523)
Depreciação	(176)	(172)	(59)	(57)
Arrendamento e Aluguéis	(103)	(93)	(34)	(32)
Seguros	(2)	(1)	(1)	(1)
Tributos	(232)	(254)	(195)	(222)
Outras despesas	(294)	(201)	(136)	(81)
Despesas	(5.670)	(6.261)	(2.000)	(2.515)
Outras Receitas	205	399	87	141
Receitas	205	399	87	141
	(5.465)	(5.862)	(1.913)	(2.374)

31. Resultado Financeiro

Descrição	01/01/25	01/01/24	01/07/25	01/07/24
	a	a	a	a
	30/09/25	30/09/24	30/09/25	30/09/24
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	9.113	10.969	3.329	3.361
Encargos da concessão - UBP - AVP	38.195	17.837	4.326	764
Juros e correção de tributos	1.584	281	3	197
CCEE Encargos de liquidação	59	306	91	306
Outras receitas	-	-	-	-
Subtotal	48.951	29.393	7.749	4.628

Despesas financeiras

Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(81.258)	(77.738)	(27.086)	(25.913)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(13.021)	(24.781)	(1.478)	(8.276)
AVP de Arrendamento - Edificações	(32)	(42)	(9)	(13)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(2)	-	(1)
CCEE Encargos de liquidação	-	(716)	(93)	(148)
Subtotal	(94.311)	(103.279)	(28.666)	(34.351)
Resultado Financeiro Líquido	(45.360)	(73.886)	(20.917)	(29.723)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 21, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

32. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	07.09.2025 a 07.09.2026	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	4.277	364.031
HDI SEGUROS	16.05.2025 a 16.05.2026	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	3	1.928
Total				4.280	365.959

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 02852.2024.0060.0993.0002145, com a AXA Seguros S.A.

33. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

34. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	32	32	19	19
Aplicações financeiras	5	89.558	89.558	96.260	96.260
Custo Amortizado					
Clientes	6	13.798	13.798	10.752	10.752
Valor Justo do Resultado Abrangente					
Créditos de Carbono - RCEs	10	3.097	3.097	3.207	3.207
Total dos ativos financeiros		106.485	106.485	110.238	110.238

	NE	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Fornecedores	18	7.471	7.471	3.857	3.857
Contas a pagar vinculadas à concessão	21	836.809	836.809	861.982	861.982
Total dos passivos financeiros		844.280	844.280	865.839	865.839

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

35. Eventos Subsequentes

Em 8 de outubro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.235/2025, que autorizou a repactuação das parcelas vincendas devidas a título de Uso do Bem Público (UBP), mediante formalização de termo aditivo com o poder concedente, conforme o disposto em seu artigo 4º.

A nova legislação estabelece que as usinas hidrelétricas licitadas nos termos da Lei 9.648/1998, outorgadas sob o critério de maior pagamento pelo UBP, poderão solicitar a repactuação das obrigações vincendas, mediante:

apuração do valor presente do saldo remanescente das parcelas de UBP;

eventual redução proporcional do saldo, conforme parâmetros definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE; e

substituição da obrigação original de pagamento ao poder concedente por encargo setorial devido à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. enquadra-se entre as concessionárias potencialmente elegíveis à referida repactuação e, até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2025, a administração

encontrava-se em fase preliminar de análise dos efeitos econômicos, financeiros e contratuais decorrentes da aplicação da referida lei.

Por tratar-se de evento subsequente ocorrido após o término do período de reporte e que introduz nova condição legal, a promulgação da Lei nº 15.235/2025 não ensejou ajustes nos saldos ou estimativas reconhecidos nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2025, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente, itens 10 e 21.

A Companhia divulgará oportunamente os impactos quantitativos e as decisões de adesão à repactuação, quando houver definição formal por parte da administração e publicação dos cálculos oficiais pela Aneel.

NESTOR
BAPTISTA:0
7214308991

Assinado de forma
digital por NESTOR
BAPTISTA:07214308991
Dados: 2025.10.27
12:43:16 -03'00'

Nestor Baptista
Diretor Presidente



Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Documento assinado digitalmente

FERNANDO SOUZA RIBEIRO
Data: 27/10/2025 12:37:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC PR 024544/O-3